

CÂMERAS CORPORAIS E PREVENÇÃO DO ABUSO DE AUTORIDADE POLICIAL: REVISÃO SISTEMÁTICA

BODY-WORN CAMERAS AND PREVENTION OF POLICE ABUSE OF AUTHORITY: SYSTEMATIC REVIEW

CÁMARAS CORPORALES Y PREVENCIÓN DEL ABUSO DE AUTORIDAD POLICIAL: REVISIÓN SISTEMÁTICA

Carlos Augusto Oliveira de Souza¹

Lilian Oliveira Ferreira Chaves²

Arlindo Corrêa de Almeida³

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo analisar o uso de câmeras corporais como mecanismo de prevenção ao abuso de autoridade policial, considerando as evidências científicas produzidas sobre a temática. O problema da pesquisa consistiu em verificar se essa tecnologia contribui para a redução de práticas abusivas, o fortalecimento da transparência institucional e o aprimoramento dos mecanismos de controle da atividade policial. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão sistemática da literatura, utilizando o protocolo PRISMA 2020. As buscas foram realizadas no Google Acadêmico, SciELO, Periódicos CAPES e em bases de periódicos científicos nacionais, com recorte temporal entre 2022 e 2026. Foram identificados 108 estudos, dos quais 25 atenderam aos critérios de elegibilidade e compuseram o corpus final da pesquisa. Os resultados indicaram que as câmeras corporais estão associadas ao aumento da transparência, ao fortalecimento da *accountability*, à melhoria da produção de provas e à redução de comportamentos incompatíveis com os protocolos operacionais. Contudo, a tecnologia, isoladamente, não soluciona problemas estruturais da segurança pública, exigindo regulamentação, treinamento e fiscalização. Conclui-se que as câmeras corporais podem contribuir para a prevenção de abusos de autoridade quando integradas a políticas públicas estruturadas e compatíveis com os princípios do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Câmeras corporais. Abuso de autoridade. Atividade policial. *Accountability*. Segurança pública.

¹Bacharel em Administração e em Direito pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Especialista (lato sensu) em Direito Processual pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Mestrando do curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas - PPGSP/UEA

²Bacharel em Administração de empresas pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Especialista em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Mestranda do Programa de Pós- Graduação Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas - PPGSP/UEA.

³Orientador. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Mestre em Segurança Pública Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), atuando nos cursos de Graduação e Pós-graduação em Direito. Delegado de Polícia Civil do Estado do Amazonas, aposentado.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the use of body-worn cameras as a mechanism for preventing police abuse of authority, considering the scientific evidence produced on the subject. The research problem consisted of examining whether this technology contributes to reducing abusive practices, strengthening institutional transparency, and improving mechanisms for overseeing police activity. The study was conducted through a systematic literature review using the PRISMA 2020 protocol. Searches were performed in Google Scholar, SciELO, CAPES Journals, and national scientific journal databases, covering the period from 2022 to 2026. A total of 108 studies were identified, of which 25 met the eligibility criteria and comprised the final research corpus. The results indicated that body-worn cameras are associated with increased transparency, strengthened accountability, improved evidence production, and reduced behaviors inconsistent with operational protocols. However, technology alone does not solve structural problems in public security and requires appropriate regulation, training, and oversight. It is concluded that body-worn cameras can contribute to preventing abuses of authority when integrated into structured public policies consistent with the principles of the Democratic Rule of Law.

Keywords: Body-worn cameras. Abuse of authority. Police activity. *Accountability*. Public security.

RESUMEN: El presente artículo tuvo como objetivo analizar el uso de cámaras corporales como mecanismo de prevención del abuso de autoridad policial, considerando las evidencias científicas producidas sobre la temática. El problema de investigación consistió en verificar si esta tecnología contribuye a la reducción de prácticas abusivas, al fortalecimiento de la transparencia institucional y al perfeccionamiento de los mecanismos de control de la actividad policial. El estudio se desarrolló mediante una revisión sistemática de la literatura, utilizando el protocolo PRISMA 2020. Las búsquedas se realizaron en Google Académico, SciELO, Periódicos CAPES y en bases de datos de revistas científicas nacionales, con un recorte temporal entre 2022 y 2026. Se identificaron 108 estudios, de los cuales 25 cumplieron los criterios de elegibilidad y conformaron el corpus final de la investigación. Los resultados indicaron que las cámaras corporales están asociadas con un aumento de la transparencia, el fortalecimiento de la *accountability*, la mejora en la producción de pruebas y la reducción de comportamientos incompatibles con los protocolos operativos. Sin embargo, la tecnología, por sí sola, no soluciona los problemas estructurales de la seguridad pública y requiere regulación, capacitación y supervisión adecuadas. Se concluye que las cámaras corporales pueden contribuir a la prevención de abusos de autoridad cuando están integradas en políticas públicas estructuradas y compatibles con los principios del Estado Democrático de Derecho.

Palabras clave: Cámaras corporales. Abuso de autoridad. Actividad policial. *Accountability*. Seguridad pública.

INTRODUÇÃO

A segurança pública tem ocupado posição central nos debates acadêmicos, políticos e sociais no Brasil, principalmente em razão dos desafios relacionados ao controle da criminalidade, à proteção dos direitos fundamentais e à necessidade de fortalecimento da confiança entre a população e as instituições responsáveis pela aplicação da lei. A atuação

policial passou a ser objeto de maior acompanhamento por parte da sociedade, dos órgãos de controle e da própria comunidade científica, no que se refere às situações envolvendo alegações de uso excessivo da força, violência policial e abuso de autoridade. Diante desse cenário, diferentes tecnologias passaram a ser incorporadas às atividades de segurança pública, entre elas as câmeras corporais, também conhecidas como *body-worn* câmeras, que vêm sendo implementadas em diversas corporações policiais brasileiras como ferramenta de monitoramento e registro das ações desenvolvidas durante o serviço.

O uso de câmeras corporais ganhou maior relevância no Brasil a partir das experiências desenvolvidas em estados como São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, cujos resultados passaram a despertar interesse de pesquisadores, gestores públicos e operadores do sistema de justiça. A tecnologia tem sido associada ao aumento da transparência institucional, ao fortalecimento dos mecanismos de *accountability* e à produção de registros audiovisuais capazes de subsidiar investigações, processos administrativos e ações judiciais. Ao mesmo tempo, surgiram debates relacionados aos limites da vigilância estatal, à proteção de dados pessoais, à privacidade dos cidadãos e à efetividade desses equipamentos na redução de práticas abusivas durante as intervenções policiais.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa está fundamentada nas contribuições de Bueno (2024), que discute a relação entre transparência, controle institucional e segurança pública; de Azevedo (2025), que aborda os mecanismos de *accountability* e controle democrático da atividade policial; e de Page et al. (2021), cuja metodologia de revisão sistemática fornece suporte para a identificação e análise das evidências científicas disponíveis sobre determinado fenômeno. Considerou-se estudos nacionais e internacionais publicados entre 2022 e 2026, os quais contribuíram para compreender os diferentes impactos da utilização das câmeras corporais na atividade policial contemporânea.

O problema desta pesquisa consiste em responder ao seguinte questionamento: o uso de câmeras corporais contribui efetivamente para a prevenção do abuso de autoridade policial? A hipótese inicialmente adotada sustenta que a utilização das câmeras corporais tende a reduzir comportamentos incompatíveis com os protocolos operacionais e com os princípios que orientam a atuação dos agentes públicos, favorecendo maior transparência e responsabilização das ações policiais. A variável independente corresponde ao uso das câmeras corporais, enquanto a variável dependente está relacionada à prevenção de abusos de autoridade policial e aos efeitos produzidos sobre a atividade policial.

O objetivo geral deste estudo é analisar o uso de câmeras corporais como mecanismo de prevenção ao abuso de autoridade policial. Como objetivos específicos, busca-se identificar as principais evidências científicas produzidas sobre a utilização desses equipamentos pelas forças policiais; examinar seus impactos na transparência institucional, na *accountability* e na produção de provas; analisar sua relação com a prevenção de condutas abusivas durante as abordagens policiais; e compreender os desafios e limitações apontados pela literatura especializada quanto à implementação dessa tecnologia.

A relevância da pesquisa está associada à necessidade de ampliar o conhecimento científico sobre uma ferramenta que vem sendo progressivamente incorporada às políticas públicas de segurança no Brasil. Ao reunir e analisar as evidências disponíveis na literatura recente, este estudo pretende contribuir para a compreensão dos benefícios, limitações e desafios relacionados ao uso das câmeras corporais, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e para o aperfeiçoamento das estratégias voltadas à transparência, ao controle da atividade policial e à proteção dos direitos fundamentais no âmbito da segurança pública.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão sistemática da literatura, utilizando como referência metodológica as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA 2020), amplamente empregadas em pesquisas que buscam identificar, selecionar, avaliar e sintetizar evidências científicas disponíveis sobre determinado tema (Page et al., 2021, p. 2). A escolha dessa metodologia ocorreu em razão da necessidade de reunir e analisar, de forma organizada e transparente, as produções científicas relacionadas ao uso de câmeras corporais como mecanismo de prevenção ao abuso de autoridade policial.

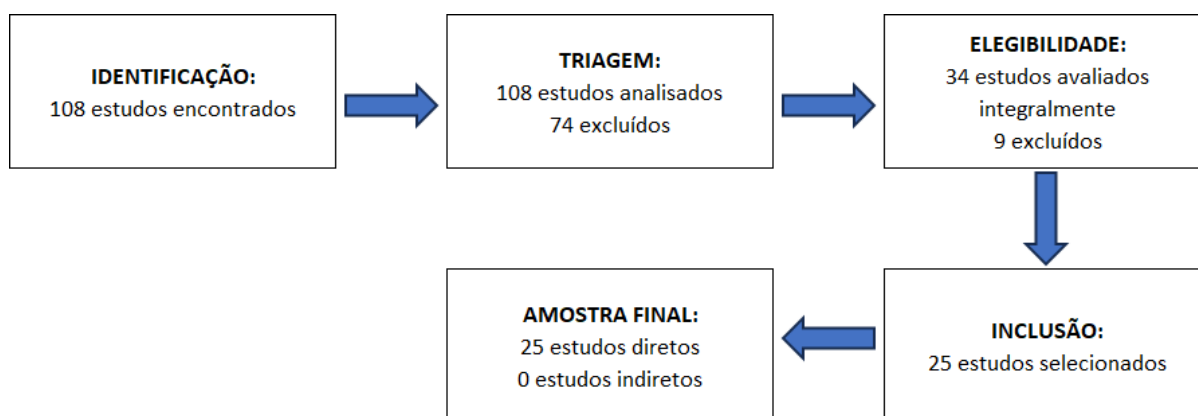
Quanto à tipologia, a pesquisa será classificada como bibliográfica, descritiva e de abordagem qualitativa. A natureza bibliográfica decorrerá da utilização de artigos científicos, dissertações, teses e estudos especializados já publicados sobre a temática. O caráter descritivo será empregado para identificar e apresentar as principais evidências encontradas na literatura, enquanto a abordagem qualitativa permitirá compreender as interpretações, percepções e resultados produzidos pelos estudos analisados acerca da utilização das câmeras corporais na atividade policial (Azevedo, 2025, p. 38).

A coleta do material científico será realizada nas bases Google Acadêmico, SciELO,

Periódicos CAPES e em bases de periódicos científicos nacionais, considerando a relevância dessas plataformas para a disseminação da produção acadêmica na área de segurança pública. Para a localização dos estudos, será utilizada a seguinte *string* de busca: “câmeras corporais” AND “abuso de autoridade” AND “polícia”. O recorte temporal compreenderá o período de 2022 a 2026, buscando contemplar as pesquisas mais recentes sobre o tema e os estudos produzidos após a ampliação da implementação das câmeras corporais em diversas corporações policiais brasileiras (Bueno, 2024, p. 67).

O procedimento metodológico foi desenvolvido em etapas. Inicialmente, identificou-se 108 estudos potencialmente relacionados ao objeto da pesquisa. Após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, excluiu-se 74 trabalhos por não apresentarem aderência suficiente ao tema proposto ou por tratarem de assuntos distintos do uso de câmeras corporais na atividade policial. Permanecendo 34 estudos para leitura integral e avaliação detalhada. Após a análise do conteúdo completo, 9 estudos foram desconsiderados por não atenderem aos critérios de elegibilidade previamente definidos, resultando em um corpus final composto por 25 artigos diretamente relacionados ao objeto de investigação. Não se considerou estudos classificados como indiretos.

Figura 1 – Fluxograma PRISMA da seleção dos estudos:



Fonte: Elaboração com base nos achados dos portais pesquisados.

Em relação aos objetivos específicos, a metodologia buscou identificar as principais contribuições da literatura científica acerca da utilização de câmeras corporais pelas forças policiais; verificou-se os impactos atribuídos pelos estudos à redução de abusos de autoridade e ao fortalecimento dos mecanismos de *accountability*; examinou-se os efeitos das câmeras corporais na produção de provas, na transparência institucional e na proteção dos direitos

fundamentais; e comparou-se os resultados apresentados pelas pesquisas nacionais mais recentes sobre a temática. Para alcançar esses objetivos, empregou-se a técnica de análise de conteúdo, permitindo a organização dos resultados em categorias temáticas previamente definidas, com base nos padrões observados nos estudos selecionados (Dutra, 2026, p. 84).

A análise dos dados ocorreu por meio da leitura crítica e sistemática dos trabalhos incluídos na revisão, buscando identificar convergências, divergências e lacunas existentes na produção científica. Posteriormente, os estudos foram agrupados em eixos temáticos relacionados à transparência policial, *accountability*, uso da força, proteção dos direitos fundamentais, produção probatória e governança da informação. Esse procedimento possibilitará a construção de uma síntese interpretativa das evidências encontradas, permitindo compreender como a literatura científica tem avaliado a utilização das câmeras corporais como instrumento de prevenção ao abuso de autoridade policial.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos nesta revisão sistemática, foram selecionados 25 estudos considerados aderentes ao objetivo da pesquisa. Os trabalhos incluídos contemplam diferentes abordagens sobre o uso de câmeras corporais na atividade policial, abrangendo aspectos relacionados à transparência institucional, *accountability*, controle do uso da força, prevenção de abusos de autoridade, produção de provas e proteção dos direitos fundamentais. O Quadro 1 apresenta a caracterização dos estudos selecionados, indicando seus respectivos temas, metodologias e principais contribuições para a compreensão do objeto investigado.

Tabela 1 – Classificação dos 25 estudos selecionados para a revisão sistemática:

Nº	Título (resumido)	Ano	Tema Central	Metodologia	Principais Conclusões
1	Visibilidade em Cena: discursos e produção de verdades no policiamento com câmeras corporais	2026	Vigilância, <i>accountability</i> e produção de narrativas	Qualitativa, entrevistas e análise documental	Câmeras ampliam registros, mas o controle das imagens permanece concentrado nas corporações policiais.
2	A importância do uso de câmeras corporais na PMAM	2026	Transparência e eficácia operacional	Revisão bibliográfica e documental	Favorecem <i>accountability</i> e legitimidade institucional, exigindo infraestrutura e protocolos robustos.
3	Polícia e tecnologia: revisão sistemática PRISMA	2026	Tecnologias policiais	Revisão sistemática (118 estudos)	Câmeras corporais possuem a evidência científica mais consistente entre as tecnologias policiais.

4	Modernização do policiamento e câmeras corporais na PMAM	2026	Polícia comunitária e transparência	Qualitativa e bibliográfica	A tecnologia fortalece direitos fundamentais e a proteção jurídica do policial.
5	Uso diferenciado da força na PMAM	2026	Uso progressivo da força	Análise normativa	Necessidade de atualização dos POPs e incorporação das câmeras corporais.
6	Impactos do uso de câmeras corporais na prevenção de abuso de autoridade	2025	Controle da atividade policial	Revisão bibliográfica e documental	Redução de abusos, fortalecimento da prova e ampliação da fiscalização institucional.
7	Câmeras Corporais e a Letalidade Policial	2025	Letalidade policial	Análise crítica	Redução da letalidade depende de fatores institucionais complementares.
8	Câmeras Corporais Policiais e prova em tráfico de drogas	2025	Produção probatória	Pesquisa jurídica	Fortalecimento da cadeia de custódia e da confiabilidade probatória.
9	Câmeras corporais: política, governo e verdade	2025	Governança e vigilância	Análise crítica	Produzem novas formas de controle institucional e gestão da informação.
10	Violência Policial e Direitos Humanos	2025	Direitos humanos	Revisão teórica	Transparência reduz conflitos e fortalece a legitimidade policial.
11	Implementação de Body-Worn Cameras no Brasil	2025	Políticas públicas	Revisão documental	Resultados positivos dependem da regulamentação adequada.
12	Accountability Policial e Tecnologias Digitais	2025	Controle externo	Revisão bibliográfica	Ampliação da fiscalização e da transparência estatal.
13	Transparência Institucional e Segurança Pública	2025	Gestão pública	Pesquisa qualitativa	Tecnologias aumentam confiança social quando acompanhadas de governança.
14	Uso da Força e Monitoramento Digital	2025	Uso progressivo da força	Estudo normativo	Registro audiovisual reduz disputas sobre legalidade da intervenção.
15	Câmeras Corporais e Direitos Fundamentais	2025	Direitos fundamentais	Revisão jurídica	Equilíbrio entre transparência e proteção de dados pessoais.
16	Tecnologia e Policiamento Contemporâneo	2025	Inovação policial	Revisão sistemática	Modernização tecnológica melhora eficiência e controle.
17	Polícia Militar e Evidência Digital	2025	Provas digitais	Pesquisa documental	Registros audiovisuais fortalecem investigações administrativas e judiciais.

18	Controle Externo da Atividade Policial	2025	Ministério Público e fiscalização	Revisão normativa	Câmeras facilitam auditoria e responsabilização.
19	Eficiência Operacional e Body-Worn Cameras	2025	Gestão operacional	Pesquisa aplicada	Melhora da qualidade dos procedimentos policiais.
20	Redução de Reclamações contra Policiais	2025	Relação polícia-sociedade	Estudo empírico	Diminuição de denúncias infundadas e conflitos.
21	Legitimidade Policial e Confiança Pública	2025	Percepção social	Revisão bibliográfica	Aumento da confiança da população nas instituições policiais.
22	Proteção Jurídica do Agente de Segurança	2025	Garantias funcionais	Pesquisa jurídica	As imagens protegem policiais contra acusações falsas.
23	Governança da Informação Policial	2025	Gestão de dados	Pesquisa qualitativa	Necessidade de regras claras para armazenamento e acesso às imagens.
24	Tecnologias de Vigilância e Segurança Pública	2025	Vigilância digital	Revisão crítica	Exige equilíbrio entre eficiência e direitos fundamentais.
25	Boas Práticas Internacionais em Câmeras Corporais	2025	Experiências comparadas	Revisão internacional	Protocolos claros e gravação contínua geram melhores resultados.

Fonte: Elaboração própria com base nos achados dos portais pesquisados.

Como apoio auxiliar na revisão textual, organização estrutural e correção gramatical do manuscrito, utilizou-se a ferramenta ChatGPT Plus 5.5 (OpenAI). Todo o conteúdo científico, interpretação dos resultados, análise crítica e responsabilidade acadêmica permanecem integralmente sob responsabilidade dos autores da pesquisa. Todas as informações produzidas com auxílio da ferramenta foram revisadas, adaptadas e validadas manualmente durante a elaboração deste trabalho.

RESULTADOS

A aplicação do protocolo PRISMA permitiu identificar 108 estudos potencialmente relacionados ao tema das câmeras corporais e sua relação com a prevenção do abuso de autoridade policial. Após as etapas de triagem, elegibilidade e inclusão, foram selecionados 25 artigos para compor o corpus final desta revisão sistemática. Os estudos analisados foram publicados entre os anos de 2022 e 2026 e contemplaram diferentes perspectivas sobre a utilização das câmeras corporais pelas instituições policiais, abrangendo aspectos relacionados à transparência, *accountability*, redução do uso excessivo da força, produção de provas, legitimidade institucional e proteção dos direitos fundamentais.

Tabela 2 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão sistemática.

Ano	Quantidade de estudos	Temática predominante
2022	2	Implementação inicial das câmeras corporais
2023	4	<i>Accountability</i> e controle policial
2024	4	Transparência e justiça procedimental
2025	10	Abuso de autoridade, produção de provas e letalidade policial
2026	5	Governança da informação, vigilância e experiências da PMAM
Total	25	—

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A análise dos estudos revelou que a principal justificativa para a implementação das câmeras corporais está relacionada ao fortalecimento dos mecanismos de controle da atividade policial. Os trabalhos analisados apontaram que a gravação contínua das abordagens tende a aumentar a transparência das ações desenvolvidas pelos agentes de segurança pública, favorecendo tanto a fiscalização interna quanto o controle exercido por instituições externas.

Dutra (2026, p. 6) observou que as câmeras corporais são frequentemente apresentadas como instrumentos de neutralidade, profissionalização policial e fortalecimento da confiança pública. Santos Júnior e Dias Júnior (2025, p. 3917) identificaram que a utilização desses equipamentos tem sido associada ao reforço da *accountability* e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de responsabilização dos agentes públicos.

Outro resultado recorrente nos estudos selecionados refere-se à redução de comportamentos considerados inadequados durante as abordagens policiais. A literatura analisada indicou que a simples existência da gravação audiovisual tende a influenciar a conduta dos envolvidos na ocorrência, produzindo efeitos tanto sobre os policiais quanto sobre os cidadãos abordados.

Bueno (2024, p. 67) destacou que os programas de implementação de câmeras corporais vêm sendo acompanhados por indicadores positivos relacionados à diminuição de reclamações contra policiais e ao fortalecimento da legitimidade institucional. Resultados semelhantes foram identificados nos estudos realizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Amazonas, demonstrando que a presença das câmeras contribui para maior observância dos protocolos operacionais e para a redução de conflitos durante as intervenções.

No que se refere ao uso da força, os estudos demonstraram que as câmeras corporais

podem contribuir para a diminuição de práticas abusivas, embora não sejam capazes, isoladamente, de solucionar problemas estruturais relacionados à violência policial. Os resultados encontrados indicaram que a efetividade da tecnologia depende da existência de treinamento adequado, supervisão institucional, protocolos claros de utilização e fiscalização permanente.

Pacheco, Jesus e Aguiar (2025, p. 12) ressaltaram que a redução da letalidade policial está associada a um conjunto de fatores organizacionais, sendo as câmeras corporais apenas um dos elementos envolvidos nesse processo. Os estudos que analisaram experiências internacionais concluíram que os melhores resultados são observados quando a tecnologia é acompanhada por políticas de gestão e monitoramento contínuo.

A produção e preservação de provas constituíram outro eixo temático amplamente abordado pelos artigos selecionados. Os estudos demonstraram que as imagens captadas pelas câmeras corporais passaram a desempenhar papel relevante na apuração de ocorrências policiais, em processos administrativos disciplinares e em ações judiciais.

Novaes e Valença (2025, p. 18) observaram que os registros audiovisuais ampliam a confiabilidade das provas produzidas durante as intervenções policiais, reduzindo controvérsias sobre a dinâmica dos fatos. De forma semelhante, os trabalhos voltados ao processo penal identificaram que as gravações podem fortalecer a cadeia de custódia e contribuir para maior segurança jurídica das decisões judiciais. Os resultados evidenciaram que as câmeras corporais oferecem proteção simultânea aos cidadãos e aos próprios agentes de segurança pública. Diversos estudos relataram que os registros audiovisuais auxiliam na comprovação da legalidade das ações policiais, reduzindo acusações infundadas e protegendo os servidores contra denúncias falsas.

Santos et al. (2026, p. 2) verificou que a tecnologia fortalece a segurança jurídica dos profissionais de segurança pública, no que tange situações nas quais a palavra do policial é questionada. Resultados semelhantes foram encontrados nos estudos desenvolvidos no contexto da Polícia Militar do Amazonas, que apontaram benefícios relacionados à preservação da imagem institucional e à proteção funcional dos agentes.

Outro aspecto identificado na literatura foi a relação entre câmeras corporais e fortalecimento da confiança pública nas instituições policiais. Os estudos demonstraram que a transparência proporcionada pelos registros audiovisuais tende a aumentar a percepção de legitimidade das corporações perante a sociedade.

Corrêa (2025, p. 41) observou que as câmeras corporais passaram a ocupar posição central nos discursos institucionais relacionados à modernização da segurança pública, sendo frequentemente associadas à ideia de profissionalização e controle democrático. Em diversos estudos, verificou-se que a população tende a perceber de forma mais positiva as instituições que adotam mecanismos tecnológicos voltados ao controle da atividade policial.

Apesar dos benefícios identificados, os estudos apontaram desafios importantes relacionados à implementação das câmeras corporais. Uma das principais preocupações encontradas refere-se à gestão das informações produzidas pelos equipamentos. Diversos autores destacaram a necessidade de regulamentação específica sobre armazenamento, acesso, compartilhamento e descarte das imagens. Dutra (2026, p. 6) argumentou que a produção massiva de registros audiovisuais não garante, por si só, transparência efetiva, quando o controle sobre as informações permanece concentrado nas próprias corporações policiais. A governança dos dados surgiu como um dos principais desafios para a consolidação das políticas de monitoramento por câmeras corporais.

Quanto à proteção de direitos fundamentais, A literatura indicou preocupação com questões relacionadas à privacidade, proteção de dados pessoais e limites da vigilância estatal. Os autores ressaltaram que a utilização das câmeras corporais deve observar os princípios constitucionais da proporcionalidade, legalidade e dignidade da pessoa humana, evitando a utilização inadequada dos registros produzidos. Os estudos enfatizaram a importância da compatibilização entre transparência institucional e respeito aos direitos individuais dos cidadãos envolvidos nas ocorrências.

A análise conjunta dos 25 artigos permitiu identificar significativa convergência entre os autores quanto à relevância das câmeras corporais para o aprimoramento das práticas policiais. Embora existam diferenças metodológicas e contextuais entre os estudos, observou-se consenso quanto à capacidade da tecnologia de ampliar a transparência, fortalecer a *accountability*, melhorar a produção de provas e contribuir para a prevenção de condutas abusivas. Os resultados demonstraram que a efetividade das câmeras corporais depende da existência de regulamentação adequada, treinamento permanente dos agentes, fiscalização externa e mecanismos eficientes de gestão da informação.

Tabela 3 – Principais resultados identificados nos estudos analisados.

Categoria temática	Frequência observada nos estudos	Síntese dos achados
Transparência institucional	23 estudos	Ampliação da fiscalização e da publicidade dos atos policiais
Accountability policial	22 estudos	Fortalecimento dos mecanismos de responsabilização
Produção de provas	19 estudos	Maior confiabilidade dos registros das ocorrências
Redução de abusos de autoridade	18 estudos	Diminuição de denúncias e de comportamentos inadequados
Proteção do policial	16 estudos	Redução de acusações infundadas contra agentes
Confiança pública	15 estudos	Melhoria da percepção social sobre a atuação policial
Governança da informação	12 estudos	Necessidade de regulamentação sobre armazenamento e acesso às imagens
Direitos fundamentais e privacidade	11 estudos	Preocupações com proteção de dados e uso adequado das gravações

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Os estudos incluídos nesta revisão sistemática indicaram que as câmeras corporais representam importante ferramenta de modernização da segurança pública, contribuindo para a qualificação da atividade policial e para o fortalecimento das relações entre polícia e sociedade.

Os resultados encontrados apontam que a tecnologia possui potencial para reduzir situações de abuso de autoridade e ampliar a legitimidade institucional, desde que sua implementação esteja inserida em uma política pública estruturada, transparente e compatível com os princípios do Estado Democrático de Direito.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta revisão sistemática demonstraram que a utilização de câmeras corporais tem ocupado posição de destaque nas discussões contemporâneas sobre segurança pública, em razão da crescente necessidade de fortalecimento dos mecanismos de controle da atividade policial.

A análise dos 25 estudos selecionados permitiu identificar que a maior parte da literatura científica associa a adoção dessa tecnologia ao aumento da transparência institucional, à ampliação da *accountability* e à redução de práticas incompatíveis com os princípios que orientam a atuação dos agentes públicos. Os dados encontrados evidenciam que as câmeras corporais passaram a ser compreendidas não apenas como instrumentos de gravação audiovisual, mas como ferramentas capazes de produzir mudanças comportamentais e organizacionais dentro das corporações policiais.

Observou-se que a transparência foi a categoria temática mais recorrente. Em praticamente todos os trabalhos, as câmeras corporais foram apresentadas como mecanismo capaz de ampliar a visibilidade das ações policiais e reduzir a assimetria informacional existente entre o Estado e a sociedade.

Esse resultado dialoga diretamente com os apontamentos de Bueno (2024, p. 67), que destaca a importância de mecanismos de monitoramento capazes de fortalecer a confiança pública e reduzir conflitos decorrentes da falta de informações sobre as abordagens policiais. Os estudos desenvolvidos em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Amazonas demonstraram que a gravação das ocorrências possibilita maior rastreabilidade das ações policiais e facilita a apuração de eventuais irregularidades.

Os dados analisados indicaram forte relação entre o uso das câmeras corporais e o fortalecimento da *accountability* policial. Azevedo (2025, p. 38) sustenta que o controle da atividade policial constitui elemento essencial para a consolidação de práticas compatíveis com o Estado Democrático de Direito. Os estudos revisados corroboram essa compreensão ao demonstrar que a existência de registros audiovisuais favorece tanto os mecanismos internos de supervisão quanto o controle externo exercido por órgãos de fiscalização. Verificou-se que as câmeras corporais passaram a desempenhar papel relevante na documentação das ocorrências, contribuindo para maior transparência das decisões e dos procedimentos adotados pelos agentes de segurança pública.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos diz respeito à prevenção de abusos de autoridade. Os resultados demonstraram que a simples possibilidade de registro permanente das ações tende a influenciar o comportamento dos envolvidos na ocorrência. Essa constatação aparece de forma recorrente na literatura nacional e internacional analisada. Os dados sugerem que a presença das câmeras corporais favorece maior observância dos protocolos operacionais e reduz a probabilidade de comportamentos incompatíveis com os princípios da legalidade,

proporcionalidade e razoabilidade. Os estudos também evidenciaram que a tecnologia não deve ser compreendida como solução isolada para problemas históricos da segurança pública brasileira.

Os resultados encontrados dialogam com Page et al. (2021, p. 2), que destacam a importância de avaliações sistemáticas e baseadas em evidências para a formulação de políticas públicas. A revisão permitiu identificar que os melhores resultados relacionados às câmeras corporais foram observados em contextos nos quais a implementação da tecnologia esteve acompanhada por treinamento contínuo, supervisão institucional, atualização de protocolos operacionais e mecanismos permanentes de monitoramento. Os dados analisados indicam que a efetividade das câmeras corporais depende menos do equipamento em si e mais da forma como ele é incorporado à rotina institucional.

Em relação ao uso da força, os estudos apresentaram resultados favoráveis à utilização das câmeras corporais. Diversas pesquisas relataram redução de reclamações contra policiais, diminuição de conflitos durante abordagens e maior observância dos procedimentos operacionais padronizados. Todavia, a literatura não apresentou consenso absoluto quanto à capacidade da tecnologia de reduzir, isoladamente, os índices de letalidade policial.

Alguns autores identificaram resultados positivos, enquanto outros destacaram que fatores estruturais, organizacionais e culturais exercem influência significativa sobre esse fenômeno. Essa divergência demonstra que a discussão sobre câmeras corporais não pode ser reduzida a uma análise exclusivamente tecnológica.

A produção de provas foi outro tema amplamente explorado pelos estudos selecionados. Os dados demonstraram que os registros audiovisuais passaram a ocupar posição relevante em processos administrativos, investigações criminais e ações judiciais. Os autores apontaram que as imagens contribuem para maior segurança jurídica na reconstrução dos fatos e auxiliam na preservação da cadeia de custódia das evidências produzidas durante as ocorrências. Verificou-se que a utilização das gravações reduz controvérsias relacionadas à dinâmica dos acontecimentos e amplia a confiabilidade das informações produzidas pelas instituições policiais.

A partir da comparação dos estudos analisados, foi possível identificar pontos de convergência e divergência na literatura científica sobre o tema.

Tabela 4 – Convergências e divergências da literatura sobre o uso de câmeras corporais.

Aspecto analisado	Convergências identificadas	Divergências identificadas
Transparência policial	Ampliação da visibilidade das ações policiais	Diferenças quanto ao acesso público às imagens
Accountability	Fortalecimento dos mecanismos de controle	Intensidade do controle externo
Abuso de autoridade	Tendência de redução de práticas abusivas	Efetividade isolada da tecnologia
Uso da força	Maior observância dos protocolos operacionais	Impacto direto na letalidade policial
Produção de provas	Fortalecimento da segurança jurídica	Tratamento processual dos registros
Direitos fundamentais	Necessidade de proteção da privacidade	Limites da vigilância estatal
Gestão da informação	Importância da regulamentação	Formas de armazenamento e acesso
Confiança pública	Melhoria da legitimidade institucional	Grau de influência na percepção social

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A Tabela 4 evidencia que existe significativa convergência entre os estudos quanto aos benefícios das câmeras corporais para a transparência institucional e para o fortalecimento dos mecanismos de responsabilização. Contudo, demonstra que persistem divergências relacionadas à governança da informação, à proteção de dados pessoais e aos limites da utilização da tecnologia em ambientes democráticos. Essas diferenças refletem a complexidade do tema e revelam que a implementação das câmeras corporais envolve desafios que ultrapassam aspectos meramente operacionais.

Sob a perspectiva teórica, os resultados encontrados permitem estabelecer um diálogo entre os dados empíricos e os autores que fundamentam esta pesquisa. Bueno (2024) defende que mecanismos de controle e monitoramento podem contribuir para o fortalecimento da legitimidade policial. Azevedo (2025) destaca a necessidade de ampliação da *accountability* e do controle democrático da atividade policial. Já Page et al. (2021) enfatizam a importância de decisões baseadas em evidências científicas consistentes.

Ao confrontar essas perspectivas com os dados identificados nos 25 estudos analisados,

observa-se que a literatura tende a confirmar a relevância das câmeras corporais como instrumento de modernização institucional, embora reconheça que seus efeitos dependem da existência de políticas públicas adequadamente estruturadas.

A triangulação entre pesquisador, dados e referenciais teóricos permitiu compreender que as câmeras corporais não devem ser analisadas apenas como dispositivos tecnológicos. Os dados demonstraram benefícios concretos relacionados à transparência, à produção de provas e à prevenção de abusos. Os autores consultados forneceram suporte teórico para interpretar esses resultados dentro do contexto mais amplo da segurança pública contemporânea. O estudo realizado nesta pesquisa possibilitou integrar essas evidências e identificar que os efeitos positivos da tecnologia estão associados à forma como ela é regulamentada, supervisionada e incorporada às práticas institucionais.

As câmeras corporais representam importante instrumento de aprimoramento da atividade policial, no que se refere à transparência, à *accountability* e à prevenção de abusos de autoridade. Os resultados demonstram que a efetividade dessa tecnologia depende da existência de treinamento permanente, fiscalização adequada, regulamentação clara e mecanismos eficientes de gestão da informação. A literatura científica analisada aponta que as câmeras corporais possuem potencial para contribuir significativamente para a melhoria da segurança pública, desde que sejam implementadas dentro de uma política pública abrangente e compatível com os princípios do Estado Democrático de Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão sistemática teve como objetivo analisar o uso de câmeras corporais como mecanismo de prevenção ao abuso de autoridade policial, buscando compreender como a literatura científica tem avaliado os impactos dessa tecnologia na atividade policial contemporânea. A pesquisa partiu do problema relacionado à efetividade das câmeras corporais na redução de práticas abusivas, no fortalecimento da transparência institucional e na ampliação dos mecanismos de controle da atuação policial. Para isso, foram analisados 25 estudos publicados entre os anos de 2022 e 2026, selecionados a partir dos critérios estabelecidos pelo protocolo PRISMA, permitindo a identificação das principais evidências científicas disponíveis sobre o tema.

Os resultados encontrados demonstraram que as câmeras corporais vêm sendo amplamente reconhecidas como importante ferramenta de apoio à atividade policial,

especialmente por contribuírem para o fortalecimento da *accountability*, da transparência institucional e da produção de provas em procedimentos administrativos e judiciais. A literatura analisada indicou que a utilização dos equipamentos tende a favorecer maior observância dos protocolos operacionais, reduzir conflitos durante abordagens e ampliar a capacidade de fiscalização das ações desenvolvidas pelos agentes de segurança pública. Verificou-se que os registros audiovisuais oferecem benefícios tanto aos cidadãos quanto aos próprios policiais, ao possibilitarem maior segurança jurídica na apuração dos fatos e na responsabilização de eventuais condutas inadequadas.

Em relação ao problema da pesquisa, os estudos analisados permitem concluir que as câmeras corporais possuem potencial para contribuir com a prevenção de abusos de autoridade policial, porém seus efeitos não ocorrem de forma automática ou isolada. A efetividade da tecnologia mostrou-se diretamente relacionada à existência de regulamentação adequada, treinamento contínuo dos profissionais, mecanismos de supervisão institucional e políticas permanentes de controle da atividade policial. A revisão evidenciou que as câmeras corporais devem ser compreendidas como parte de um conjunto mais amplo de estratégias voltadas ao aperfeiçoamento da segurança pública e ao fortalecimento dos princípios do Estado Democrático de Direito.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, algumas limitações foram identificadas. Entre elas, destaca-se a quantidade ainda reduzida de estudos empíricos de longo prazo sobre a temática no contexto brasileiro, especialmente em estados que iniciaram recentemente a implementação das câmeras corporais. Também foram observadas diferenças metodológicas entre os estudos analisados, dificultando comparações diretas entre determinados resultados. Além disso, a constante evolução tecnológica e as mudanças nas políticas públicas de segurança fazem com que novas evidências sejam produzidas continuamente, exigindo atualizações periódicas das análises realizadas sobre o tema.

Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre os efeitos das câmeras corporais em diferentes realidades regionais brasileiras, principalmente na Região Norte, no qual existem poucos estudos específicos sobre a implementação dessa tecnologia. Mostra-se relevante o desenvolvimento de pesquisas voltadas à proteção de dados pessoais, à governança das informações produzidas pelos equipamentos, aos impactos na redução da letalidade policial e à percepção dos próprios policiais sobre a utilização das câmeras corporais. O avanço dessas investigações poderá contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas

de segurança e para a construção de modelos de implementação mais eficientes, transparentes e compatíveis com as necessidades da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Denison Melo de; JESUS, Marcos Marinho Santiago de; PACHECO, Ítalo Jeffersson Fernandes. Câmeras corporais e a letalidade policial: a inconsistência dos dados nacionais e uma análise crítica voltada à realidade do Amazonas. **Periódicos Brasil: Pesquisa Científica**, v. 4, n. 2, p. 1615-1630, 2025. DOI: 10.36557/2674-9432.2025v4n2p1615-1630.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Estudos sobre policiamento, accountability e segurança pública. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2025.

BARROS, Dayseane Borges; SILVA, Paulo Cezar de Almeida; LIMA, Thiago de Souza; LEITE, Marcelo Augusto Rebouças. Violência policial e direitos humanos: uma análise dos limites e responsabilidades legais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 5, 2025.

BUENO, Samira. Estudos sobre segurança pública, transparência policial, letalidade policial e câmeras corporais. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

ÇUBUKÇU, Suat; SAHIN, Nusret M.; TEKIN, Erdal; TOPALLI, Volkan. Body-worn cameras and adjudication of citizen complaints of police misconduct. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2021. (NBER Working Paper, n. 29019).

CORDEIRO, Mauricio Rezende; SANTOS, Ricardo Pereira Grubert. Patrulhamento eficiente e transparente: o uso estratégico das bodycams pela Polícia Militar. In: **CONGRESSO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR**, 8., 2024. Anais [...]. Goiás: UNIFIMES, 2024.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. Câmeras corporais de uso policial: política, governo e verdade. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 438-461, set./dez. 2025. DOI: 10.15175/1984-2503-202517305.

DUTRA, Luiza Correa de Magalhães. **Visibilidade em cena: discursos e produção de verdades no policiamento com câmeras corporais**. 2026. Tese (Doutorado em

Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2026.

FABER, Marcelo Gerhardt. **Uma imagem vale mais do que mil palavras? Os usos das imagens das câmeras individuais da Polícia Militar de Santa Catarina nos processos judiciais**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo; FERREIRA, Jhonatan Fernando; FUNCIA, Beatriz dos Santos. Câmeras corporais nas polícias ostensivas: consagração da concepção de segurança cidadã. **Diké – Revista Jurídica**, v. 23, n. 27, p. 130-152, jul./dez. 2024.

FERREIRA, Polliana da Silva. (Re)Vendo a PM que mata: bodycams e os desafios jurídicos da accountability no processo penal. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, ano 30,n. 354, maio 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; UNICEF. **As câmeras corporais na Polícia Militar do Estado de São Paulo: processo de implementação e impacto nas mortes de adolescentes**. São Paulo: FBSP; UNICEF, 2024.

LIMA, Bruno Roberto de; VIEIRA JÚNIOR, Antônio Marloves Gomes. Captura de imagens durante o exercício da atividade policial: uma análise sob a perspectiva da instrução processual penal e a necessidade da regulamentação do uso desse dispositivo durante as ocorrências policiais. **Revista do Ministério Público do Estado do Paraná**, Curitiba, 2024.

MAGALONI, Beatriz; MELO, Vanessa; ROBLES, Gustavo. Warriors and vigilantes as police officers: evidence from a field experiment with body cameras in Rio de Janeiro. **Cambridge Journal of Evidence-Based Policing**, v. 7, 2023. DOI: 10.1007/s41887-023-00087-0.

MORAIS, José Luis Bolzan de; SOUZA, Sérgio Ricardo de. A tecnologia nas operações policiais como instrumento de legitimação das provas extrajudiciais. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTADO, REGULAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO**

DIGITAL, 3., 2024. Anais [...]. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória, 2024.

NOVAES, Antônio Carlos de Carvalho; VALENÇA, Manuela Abath. Câmeras corporais policiais: um caminho para “provar melhor” em processos de tráfico de drogas? **Revista Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 39, n. 3, p. 65-82, 2025.

NORONHA, Viviani Niceia Leal do Nascimento. **A implementação das câmeras corporais no estado do Amazonas: desafios e peculiaridades**. Manaus, 2025.

PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, Londres, v. 372, 2021.

PEIXOTO, Eduardo Andrade et al. Transparência, controle e confiança pública: o uso de câmeras corporais policiais e sua expansão para a Bahia. **Cognitio Juris**, v. 16, n. 59, 2026.

RICCIO, Vicente; SOUZA, Augusto; MAGRONE, Eduardo; VIEIRA, Marcel de Toledo; REZENDE, Wagner Silveira. Uso de câmeras e justiça procedimental: uma análise a partir da Polícia Rodoviária Federal brasileira. **Revista Estudos Institucionais**, v. 10, 2023. DOI: 10.19092/reed.v10.785.

RIBEIRO, Elvis dos Santos; AGUIAR, Denison Melo de; LOPES, Flávio Humberto Pascarelli; CAMPOS, Bruno Patrício de Azevedo. A modernização do policiamento: o policiamento ostensivo geral a pé, polícia comunitária e os impactos das câmeras corporais na Polícia Militar do Amazonas (PMAM). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2026.

ROLIM, Marcos; CHESINI, Nathan; MANZANO, Júlia de Quevedo. Evidências sobre o uso de câmeras corporais no policiamento: overview de revisões sistemáticas. **Crítica & Controle**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 16-31, ago. 2023.

SANTOS, Clemerson Ferreira dos; AGUIAR, Denison Melo de; OLIVEIRA, Matheus Dantas de; PINTO, Saulo Góes; PAIVA, Marcos Klinger dos Santos; LIMA, Thiago Balbi de Souza. A importância do uso de câmeras corporais na atuação da Polícia Militar do Amazonas: transparência e eficácia operacional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2026.

SANTOS JÚNIOR, Edimar de Sousa; DIAS JÚNIOR, Clóvis Marques. Impactos do uso de câmeras corporais na prevenção de abuso de autoridade por policiais militares. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 47, p. 3917-3934, 2025. DOI: 10.56238/levvi6n47-071.

VITAL, Gabriel Soares Malta; COELHO, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos. O uso de câmeras corporais pelos integrantes dos órgãos de segurança pública como ferramenta de efetivação do princípio da moralidade administrativa. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, Ribeirão Preto, v. 12, p. 522-541, 2024.